

Intuições cegas são aparecimentos¹

[Blind intuitions are appearances]

Olavo Calábria Pimenta *

Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia, Brasil)

Após concluir na *Estética Transcendental* as exposições relativas à primeira fonte fundamental do conhecimento humano, que estando relacionada ao sentir denomina-se “sensibilidade” ou “receptividade das impressões”, Kant passa a tratar na *Lógica Transcendental* da outra fonte fundamental, que estando ao contrário relacionada ao pensar denomina-se “entendimento” ou a “espontaneidade dos conceitos” (A50/B74). Logo no início desta segunda parte da *Crítica da razão pura*, encontra-se a emblemática declaração em que são indicadas as carências específicas que as intuições (sensíveis) e os pensamentos (inteligíveis) apresentam: “pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”² (A51/B75), o que, segundo Kant, somente poderá ser superado na medida em que sensibilidade e entendimento, apesar de sua heterogeneidade, se irmanarem para efetuar nosso conhecimento (cf. *Anth*, AA 07: 177).

Günter Zöllner (2010) também parte desta declaração para analisar as especificidades e relações existentes entre intuição e conceito, visando contrapor-se a posições basilares da interpretação do neo-kantiano J. McDowell sobre o tema. Não obstante, ambos sustentem uma posição bastante comum entre os comentadores, a saber, que qualquer intuição que podemos ter é inevitavelmente

¹ Uso “aparecimentos” e “appearances” para traduzir o termo “*Erscheinungen*” utilizado por Kant. Ensaio deste trabalho foram apresentadas no *XV Colóquio Kant da Unicamp* (14/10/2013, Campinas/SP) e no *XVII Encontro Nacional da ANPOF* (18/10/2016, Aracaju/SE).

* **Olavo Calabria** é Professor Adjunto de Filosofia Moderna na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) desde 2008, tendo anteriormente ensinado Física e Filosofia no Ensino Médio por mais de duas décadas. É líder do GEPIFKI - Grupo de Estudo e Pesquisa “Investigações sobre Filosofia Kantiana e suas Influências” (CNPq), membro do Grupo de Trabalho Kant da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) e da Sociedade Brasileira de Kant (SKB). Seus principais interesses concernem à filosofia teórica e estética de Kant, à imaginação na história da filosofia, às operações mentais, ao ensino de filosofia e filosofar. (Obtenha suas publicações mais relevantes em www.ifilo.ufu.br/node/127). Endereços: (E-mail) olavocalabria@ufu.br (Residencial) Olavo Calabria Pimenta Rua Wenceslau Braz, 261 – Bairro Tubalina Uberlândia / MG (CEP 38412-064)

² “Gedanken ohne Inhalt sind leer, Anschauungen ohne Begriffe sind blind”.

carregada de conceito (*concept-laden*), embora se distanciem no fato de que aquele considera a disposição existente entre intuições e conceitos como procedente de uma absoluta e pré-existente “conceitualidade” do real, enquanto este, que ela não está pré-disposta no real, mas procede fundamentalmente do “trabalho do sujeito” (*VRML*, AA 8: 404; *apud* Zöllner, 2010, 65-6).

A primeira metade do enunciado em questão, referente à vacuidade do pensamento sem intuição, não deu tanto azo a controvérsias quanto a segunda, que prescreve a cegueira da intuição sem conceito, não tendo estimulado a suspeita de que os conceitos estivessem invariavelmente e de antemão pré-dispostos ou impregnados de intuições, tanto quanto estimulou a suspeita de que as intuições estariam invariavelmente e de antemão pré-dispostas a, ou impregnadas de conceitos, via bastante esposada por aqueles que concebem o modo em que se deve entender a alegação kantiana da possibilidade da aplicação dos conceitos a objetos da intuição³. Nem mesmo a complementação que Kant fornece imediatamente após seu pronunciamento aforismático foi suficiente para afastar as incertezas sobre sua opinião, talvez por consistir em mero corolário que procede de modo evidente da declaração bipartida:

Daí, é por isso necessário tanto tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição), como, tornarem-se compreensíveis suas intuições (isto é, as conduzir sob conceitos) (A51/B75)⁴.

Isto implica, em primeiro lugar, que as duas fontes fundamentais do ânimo precisam operar em colaboração, por um lado a via do pensamento/conceito, que é responsável pela *compreensão* ou *entendimento* e, por outro lado, a via da intuição/conteúdo⁵, responsável pela *sensibilização*. Garantida tal colaboração, tem-se como resultado que conceito fica sensibilizado pela intuição, pois sem ela permanecia inicialmente *vazio* e que por ela então se torna “preenchido”, enquanto que a intuição fica compreendida pelo conceito, que sem ele era inicialmente *cega* e que por ele, se assim se pode dizer, torna-se então “vidente” ou “esclarecida”⁶. Esta colaboração que torna possível o conhecimento humano é descrita nos seguintes termos:

³ As teses de McDowell e de Zöllner são dois exemplos desta posição, entre vários outros.

⁴ Daher ist es ebenso notwendig, seine Begriffe sinnlich zu machen, (d. i. ihnen den Gegenstand in der Anschauung beizufügen.), als, seine Anschauungen sich verständlich zu machen (d. i. sie unter Begriffe zu bringen).

⁵ Zöllner apresenta uma lúcida exposição do modo como Kant sustenta que o conteúdo também pode proceder do domínio conceitual, denominado por Kant de “conteúdo transcendental”, sendo proporcionado pelas categorias (cf. A79/B105, *apud* Zöllner, 2010, 89-91).

⁶ O termo “vidente”, a exemplo do que ocorre com muitos outros relacionados à visão, apresenta uma oportuna polissemia, que é promissora para o tema em questão, e deve ter sido escolhida por Kant intencionalmente, embora algumas conotações, como “perspicaz”, “esclarecido”, “ciente”, pareçam ser bem mais adequadas e promissoras do que “profetiza”, “visionário” e “clarividente”, por exemplo.

Nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais do ânimo, das quais a primeira é a de receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto por estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira um objeto nos é *dado*; pela segunda é *pensado* em relação com aquela representação [*viz.*: impressão] (como simples determinação do ânimo).

(...) Estas duas capacidades, ou habilidades, também não podem trocar as suas funções. O entendimento nada pode intuir e os sentidos [*Sinne*] nada podem pensar. O conhecimento apenas pode surgir mediante o seu reunir [*vereinigen*] (A50-1/B74-6).

A heterogeneidade entre sensibilidade e entendimento, que justifica o problema central a ser tratado na Analítica transcendental, manifesta-se tanto no fato do entendimento nada poder intuir⁷ e a sensibilidade nada poder pensar, quanto no fato das intuições serem representações imediatas e singulares enquanto os conceitos, mediatos e universais. Assim, tendo advertido de antemão que um objeto da intuição somente pode nos ser *dado* na intuição sensível, e que apenas por meio do entendimento ele pode ser *pensado* em relação àquela intuição⁸, Kant arremata categoricamente sua exposição, alegando que:

Intuição e conceitos constituem, pois, os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem intuição que de qualquer modo corresponda a eles, nem intuição sem conceitos podem fornecer um conhecimento (A50-1/B74-5).

Esta colaboração reúne de modo exemplar uma elaborada crítica de inspiração empirista ao desprezo que a metafísica clássica concede ao campo da experiência sensível e um obstinado combate de inspiração racionalista às campanhas céticas de aniquilamento da autoridade da razão.

Se queremos denominar de sensibilidade à *receptividade* de nosso ânimo em receber representações na medida em que ela de alguma maneira é afetado, o entendimento é, em contrapartida, a capacidade de proferir [*hervorzubringen*] representações ou a *espontaneidade* do conhecimento. A nossa natureza é tal que a intuição nunca pode ser senão sensível, isto é, contém só o modo como somos afetados pelos objetos. Contrariamente, o entendimento é a capacidade de *pensar* o objeto da intuição sensível. Nenhuma destas propriedades é preferida à outra. Sem sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado; e sem entendimento, nenhum [objeto] seria pensado (A51-2/B75).

Neste contexto evidenciam-se dois pontos chave: (i) a questão da possibilidade do conhecimento, enquanto uma meta complexa que apenas é completamente alcançada por meio operações realizadas em colaboração por várias capacidades do ânimo e (ii) a questão da referência do pensamento a objetos que se dá por meio da aplicação de conceitos à intuição. Estes dois aspectos correspondem

⁷ Aspecto este a que Kant se refere quando distingue o entendimento arquetípico próprio do ser divino (relacionado a uma intuição intelectual que cria, ou seja, faz existir imediatamente o objeto singular que pensa) e o entendimento humano que se limita a pensar mediante representações mediatas e universais o múltiplo que precisa lhe ser dado na intuição (cf. B145).

⁸ “Intuição” entendida aqui como “simples determinação do espírito” (A50/B74).

a produtos de alto enredamento que provêm de um extenso conjunto de tarefas ou funções.

À luz do idealismo transcendental, não há então qualquer problema em considerar que o conceito necessite da intuição para lhe proporcionar um conteúdo que preencha o seu vazio. A índole mesma da filosofia kantiana, categoricamente expressa no projeto de uma crítica da razão quando se aventura num exercício puro. Consiste numa reprovação da descabida pretensão de prescindir da sensibilidade, o que é simbolizado pela emblemática metáfora da pomba que se ilude ao cogitar que voaria melhor no vácuo, mal sabendo que ali, sem a resistência do ar, nenhuma pomba voa.

Porém, mesmo sob o ponto de vista crítico, já não parece tão evidente que a intuição necessite do conceito para lhe remover uma enigmática cegueira, proporcionando-lhe a capacidade de ficar esclarecida. Talvez, proceda daí a dificuldade de determinar com precisão de que modo se deve compreender a cegueira que Kant lhe atribui, além de saber em que sentido ou medida a intuição, em sua multiplicidade, poderia ou não possuir uma pré-disposição (potencial ou real) para reunir-se sob conceitos. Junte-se a isto o fato de que o termo “intuição” é utilizado por Kant em variados sentidos, e tem-se uma situação propícia para surgirem o surgimento de numerosas interpretações e intermináveis controvérsias. Por isso, antes de buscar respostas às questões aqui levantadas, farei uma análise dos principais significados nos quais o termo “intuição” é utilizado principalmente no contexto das exposições que, na primeira *Crítica*, estão envolvidas com a produção do conhecimento.

Os significados de “intuição”

Para avançar, é preciso levar em conta os variados usos que Kant faz do termo “intuição”. Pippin, fazendo menção a anteriores indicações de Schrader (1951) e Aquila (1977)⁹, destacou a exploração que Kant faz da ambiguidade deste termo quando sustenta que enquanto forma da sensibilidade, o espaço apenas pode ser uma intuição pura, em que devemos notar que intuição [*Anschauung*] deve poder significar ou o ato de intuir [*Anschau*] ou o que é intuído [*Angeschauete*] (cf. Pippin, 1982, 72).

Será útil recorrer ainda à advertência de H. Allison relacionada à polissemia do termo “intuição”, que curiosamente reúne as três acepções indicadas conjuntamente por Aquila e Pippin. Ao tratar da distinção entre intuições determinadas ou “conceitualizadas” e intuições indeterminadas e não

⁹ Aquila sustenta que Kant usa o termo “intuição” para representar tanto “um certo tipo de estado mental”, quanto “um possível objeto de tal estado” (1977, 275). Não pude conferir a posição de Schrader, já que até o fechamento deste texto não chegara a nossas mãos cópia do seu artigo.

“conceitualizadas” e reconhecendo os créditos da contribuição de Lewis W. Beck em comunicação pessoal (cf. Allison, 1983, 341, n. 14), Allison indica que este termo é empregado por Kant em três¹⁰ diferentes acepções, um *conteúdo mental* (a representação singular), um *objeto* (o intuído) e um *ato* de representar diretamente um individual (o intuir):

De fato, isto se aplica somente a um dos três sentidos nos quais Kant usa o termo: aquele no qual se refere a um tipo particular de representação ou conteúdo mental. Em adição a este sentido mais ou menos oficial da “intuição”, Kant também usa o termo para referir-se tanto ao *objeto representado* por tal conteúdo, o *intuído*, e ao *ato* de diretamente representar um particular, o *intuir*. Resumidamente, isto é necessário para distinguir os sentidos de ‘intuição’ enquanto um conteúdo mental, um objeto, e um ato¹¹ (Allison, 1983, 68).

Antes de prosseguir, quero recomendar uma alteração na terminologia empregada por Allison, por afastar-se do que Kant faz justamente no contexto que estamos analisando sobre a cegueira da intuição, o que poderia motivar indesejáveis confusões. Acontece que é costume de Kant referir-se ao “conteúdo” mental quando tem em mente os objetos da intuição e não as representações enquanto meras modificações do ânimo. Isto pode ser observado precisamente na emblemática declaração de que “pensamentos sem conteúdo [*Inhalt*] são vazios, intuições sem conceitos são cegas”, imediatamente seguida do corolário de que “é por isso necessário tanto tornar sensíveis os conceitos (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição), como, tornarem-se compreensíveis suas intuições (isto é, as conduzir sob conceitos) (A51/B75), indicando que é justamente o objeto que se apresenta na intuição o responsável por proporcionar o conteúdo que faltava aos pensamentos. Assim sendo, e seguindo este mesmo procedimento utilizado por Kant, empregarei o termo “conteúdo” para referir-se à intuição enquanto *objeto intuído* e, contrariamente, denominarei a intuição que se relaciona à *representação sensível*, à qual aquele objeto se refere, como sendo uma *modificação do ânimo* imediata e singular. Nestes termos, a distinção anteriormente feita por Allison para os três significados de “intuição”, passa a ser descrita pelo seguinte conjunto de denominações:

1) intuição como uma *modificação* do ânimo, isto é, uma *representação mental* sensível, imediata e singular;

¹⁰ Adiante mostrarei ser possível encontrar um quarto significado de “intuição”.

¹¹ “In fact, it applies to only one of three senses in which Kant uses the term: that in which it refers to a particular kind of representation or mental content. In addition to this more or less official sense of ‘intuition’, Kant also uses the term to refer both to the object represented by such a content (the intuited) and to the act of directly representing a particular (the intuiting). In short, it is necessary to distinguish between a mental content, an object, and an act sense of ‘intuition’ ” (*idem*).

2) intuição como um *objeto* intuído, isto é, um *conteúdo representacional*¹² sensível, imediato e singular;

3) intuição como um *ato* de intuir, isto é, uma *operação* que imediatamente apresenta algo sensível e singular.

Não obstante, no intuito de contestar a interpretação coerentista de McDowell com respeito à concepção kantiana da relação entre intuições e conceitos, Zöllner (2010) acaba apresentando um quarto sentido em que o termo “intuição” seria utilizado por Kant. No bojo de uma competente exposição das características doutrinárias elementares que determinam o caráter da filosofia kantiana¹³, Zöllner sustenta que:

É importante destacar a diferença que Kant vê entre sensação, como material envolvido na intuição sensível, e a intuição sensível como o meio ou dimensão, ou contudo melhor: a *forma cognitiva*, na qual a sensação é tomada ou incorporada. Na análise de Kant da natureza do homem, a intuição sensível, *enquanto* intuição, como descrito acima (imediateidade, singularidade), não pertence aos fornecimentos dos sentidos *como tais*, mas apenas às formas sob as quais eles entram no aparato cognitivo da mente. Para Kant, estas formas da intuição sensível são a dupla forma do espaço e tempo, nas quais todos dados sensíveis são contidos. Mas espaço e tempo não são somente as *formas da sensibilidade*. Em primeiro lugar e primordialmente eles próprios são intuições. De fato, como formas de todo “posterior” preenchimento pelo material sensível, espaço e tempo eles próprios não são intuições preenchidas com material sensível. Melhor, eles são um caso de “intuição pura” (*intuitus purus*) (Zöllner, 2010, 80).

Neste trecho, distingue-se sensação de intuição pura. A sensação é uma *representação mental*, descrita como uma “percepção [*Perzeption*] que se relaciona simplesmente ao sujeito, como modificação do seu estado, é sensação [*Empfindung*] (*sensatio*)” (A320/B376). À este tipo de intuição que consiste na *matéria* da intuição empírica, Zöllner contrapõe a *forma* na qual esta matéria é por nós incorporada, ou seja, o espaço e o tempo enquanto *formas cognitivas* próprias do ânimo. Disto resulta um quarto significado de “intuição”, já que a intuição pura e meramente formal, naturalmente também deve ser contraposta aos outros dois significados de intuição, isto é, a intuição no significado de objeto intuído (conteúdo representacional) e no significado de ato de intuir (operação de apresentar algo).

¹² Analogamente ao que faço aqui, Pereira (2015) também utiliza “estado” mental para referir-se à intuição enquanto modificação do ânimo e “conteúdo” mental para referir-se à intuição enquanto objeto intuído.

¹³ Zöllner aponta a *Dissertação* de 1770 como sendo o local em que ocorre a primeira utilização feita por Kant deste termo, embora de modo apenas negativo, ao sustentar que “os seres humanos não têm à sua disposição uma intuição intelectual das coisas” [*Intellectualium non datur (homini) intuitus*] (2: 396-7) (*apud* Zöllner, 2010, 79). Em artigo mais recente, também Licht dos Santos faz a mesma indicação (cf. 2012, 149, alínea 6).

Para confirmar a identidade característica da intuição pura, como um tipo específico de intuição distinto dos outros três, é oportuna a seguinte descrição feita por Zöllner de suas propriedades:

De acordo com Kant, espaço e tempo como intuições sensíveis puras possuem as seguintes propriedades: eles são *dados* à mente (em vez de serem produzidos pela mente, como os conceitos são); eles são *singulares* (em vez de universais, como conceitos são), eles são *totalidades* precedendo qualquer parte do espaço e tempo – qualquer trecho do tempo e qualquer região do espaço (em vez de partes precedendo o todo, como no caso das relações baseadas em conceitos) (Zöllner, 2010, 80).

O que é dito agora e que torna mais patente a contraposição que existe, por um lado, entre o espaço e o tempo enquanto formas puras da intuição e, por outro, a sensação, o objeto intuído e o ato de intuir, é o fato de que, mesmo sendo representações singulares, como convém a qualquer intuição, espaço e tempo enquanto intuições puras são *totalidades formais dadas*, isto é, representacionais formais que, são dadas como um (singular) todo (reunido) único (*sui generis*) e uno (unificado) que precede qualquer uma de suas partes e, deste modo, somente podem ser obtidas por limitação (cf. A25/B39 e A32/B47-8)¹⁴, distinguindo-se claramente tanto da *matéria* da intuição, que é singularidade desconectada, como dos *objetos* sensíveis a que estas totalidades formais se referem e também do próprio *ato* de intuir algo.

O que é intuição cega

Kant alega, na “Introdução” da primeira *Crítica*, que “ganha-se muitíssimo quando se pode submeter grande quantidade de investigações à fórmula de um único problema” (B19), tendo em mente, naquele contexto, o que denomina de “verdadeiro problema da razão pura”, relacionado à possibilidade *a priori* dos juízos sintéticos. Em nosso caso, e guardadas as devidas proporções, depois de termos analisado com certo cuidado as distintas acepções em que o termo “intuição” é empregado, estamos em boas condições de também ganhar bastante ao formular de modo conveniente o problema de que estamos tratando, relacionado precisamente à intuição quando é cega, problema este que poderia muito bem ser assim enunciado: a qual(is) significado(s) de “intuição” Kant atribui cegueira e como isto deve ser compreendido? Assim sendo, passo a analisar, à luz dos significados que identificamos, o que ocorre em cada caso.

De início, busco determinar se haveria uma cegueira da intuição enquanto *representação mental* (ou modificação do ânimo) e, caso haja, como ela poderia ser compreendida. Uma modificação do ânimo é, segundo Kant, uma representação meramente circunstancial e particular denominada “sensação” [*Empfindung*], que

¹⁴ Esclarecedora análise deste aspecto pode é encontrada no já referido texto de Zöllner (2010, 80 e ss.)

surge da afecção de um objeto sobre nossa capacidade de representação (cf. A20/B34)¹⁵. Sendo a sensação uma representação eminentemente sensível, como convém a qualquer tipo de intuição humana (cf. A52/B75), ela consiste em ser singular e imediata, resultando da afecção exercida sobre a receptividade de nosso sentido, seja pelos objetos em relação ao sentido externo, ou pelo jogo de nossos próprios pensamentos em relação ao sentido interno (cf. *Anth*, AA 07:161), mas neste caso sob a condição da mente já ter sido anteriormente afetada pelos objetos (cf. *V-Met-LI/Pölitz*, AA 28: 230). Isto posto, não parece ser possível haver alguma cegueira em relação a tal tipo de intuição, a não ser que tais representações não fossem efetivamente recebidas pelo ânimo devido a alguma falha no processo de afecção, como ocorre com pessoas que, por deficiência fisiológica do aparelho visual (o que também pode ser pensado em relação a outros órgãos dos sentidos), de tal modo que seu ânimo não obtenha representações visuais (ou de outros tipos), pessoas estas a quem denominamos “cegas”. No entanto, neste caso, nem sequer haveria no ânimo destas pessoas qualquer representação mental correspondente ao específico sentido que não funciona, nem conseqüentemente qualquer modificação do ânimo relacionada a este sentido que possa ser identificada como uma intuição. Assim sendo, não vejo como compreender que haja uma cegueira em relação a uma intuição entendida no significado de modificação do ânimo.

A partir daqui, cabe a analisar se haveria uma cegueira da intuição enquanto *objeto* (ou conteúdo do pensamento) e, caso haja, como ela seria compreendida. Embora o conceito de objeto em Kant apresente uma copiosa profusão de significados, imbricados numa complexa rede de conotações e denotações, para nosso objetivo atual, confinado ao domínio da intuição, cuja cegueira procuramos entender, basta-nos considerar os objetos sensíveis, já que Kant para seres racionais finitos, como nós, somente é possível uma intuição sensível. No entanto, há de se levar em conta que Kant considera nossa sensibilidade como envolvendo tanto um domínio empírico (material), quanto um domínio puro (formal), estando apta a lidar concomitantemente com representações de origem *a posteriori*, como as sensações, impressões ou sentimentos; quando com representações de origem *a priori*, como as intuições do espaço e tempo. Como consequência, somos capazes de representar tanto objetos sensíveis puros, a exemplo das figuras geométricas ou dos números, como objetos sensíveis empíricos, a exemplo daqueles que observamos na experiência externa ou nas re-apresentações destas experiências por meio da memória ou nas previsões e ficções que, a partir delas, a imaginação produz. O que há de essencialmente diferente entre tais objetos e as modificações do ânimo (representações mentais), de que tratamos logo acima, é o fato de que os objetos, ao contrário das simples sensações, são representações complexas que contêm em si uma multiplicidade de partes reunidas e em contraposição com tudo

¹⁵ Voltarei a este aspecto da sensação logo a seguir.

mais que ele não possui ou não é¹⁶. As sensações, enquanto representações mentais dadas por meio da afecção (passiva) da receptividade dos sentidos, constituem meras singularidades desconectadas, cuja reunião somente pode ser feita sob a condição de que alguma faculdade ativa exerça uma função que as sintetize num objeto (cf. A120, n.). Como indiquei em trabalhos anteriores¹⁷, a faculdade que tem o poder e a incumbência de desempenhar este papel é a imaginação, segunda parte de nossa sensibilidade, que possui um caráter espontâneo e uma conduta que neste caso é autônoma (independente de regras provenientes de faculdades intelectuais).

Nestas condições, e ao contrário do que encontramos no caso anterior, parece bastante plausível que se conceda certo tipo de cegueira ao objeto da intuição sensível que resulta de reuniões autônomas operadas pela imaginação sobre a multiplicidades de representações mentais recebidas dos sentidos, objeto ao que Kant denomina de aparecimento [*Erscheinung*]. No segundo parágrafo da *Estética transcendental*, Kant sugestivamente refere-se a este tipo de objeto como sendo um “objeto indeterminado da intuição empírica” (A20/B34):

O efeito de um objeto sobre a aptidão de representações, na medida em que somos por ele afetados, é *sensação*. Aquela intuição, que se relaciona ao objeto mediante sensação, chama-se *empírica*. O objeto indeterminado de uma intuição empírica chama-se *aparecimento* [*Erscheinung*] (*idem*).

Já tratamos acima do que é afirmado na primeira sentença deste trecho, relacionado à sensação, enquanto representação mental particular e desconectada. Nos enunciados que a seguem, Kant menciona dois outros tipos de representação, a intuição empírica e o objeto indeterminado (aparecimento), arrematando a exposição ao indicar o modo no qual estes três tipos de representação estão imbricados: a intuição empírica *relaciona-se com* o objeto indeterminado *por meio da* sensação.

É importante notar que a expressão “intuição empírica” não tinha sido mencionada até aqui, e não sabemos ainda se ela pode ou não assumir algum distinto significado de intuição, o que será preciso analisar daqui em diante. Porém, antes disto quero apontar uma curiosa explicação para o relacionamento entre estes tipos de representação, encontrada nas exposições da “Segunda Analogia” da experiência:

¹⁶ Em trabalho anterior, (Calabria, 2012, 125 e ss.), apresento uma análise mais detalhada sobre a distinção entre a multiplicidade de representações sensíveis desconectadas, como no caso das sensações recebidas pelos sentidos, e a multiplicidade de representações sensíveis reunidas num todo unificado, como é o caso dos objetos da intuição sensível (aparecimentos e fenômenos).

¹⁷ Publiquei recentemente uma exposição sintética das características que são próprias da faculdade da imaginação em artigo da revista *Estudos Kantianos* (Calabria, 2015), sendo que duas versões semelhantes em língua portuguesa devem ser publicadas ainda neste ano (em artigo editado pelo Nefiponline / CIK-UFSC e em coletânea elaborada em parceria entre a UFPB e a Universidade do Minho).

A apreensão do múltiplo dos aparecimentos é sempre sucessiva. As representações das partes sucedem-se umas às outras. Se, no objeto, se sucedem ou não, é um segundo ponto para a reflexão, que não está contido no primeiro (A189-90/B234-5).

A referida apreensão do múltiplo dos aparecimentos inclui precisamente os três tipos de representação de que estamos tratando. A apreensão consiste numa operação de síntese feita pela imaginação que reúne de modo autônomo a multiplicidade recebida pelos sentidos e disponibilizada para tal reunião. Nas palavras de Kant “aquilo que conecta o múltiplo da intuição sensível é a faculdade da imaginação, que depende do entendimento quanto à unidade de sua síntese intelectual e da sensibilidade quanto à multiplicidade da apreensão” (B164). Embora a unidade intelectual ainda não esteja incluída no caso em questão, e somente entrará em cena quando a reunião de aparecimentos for elevada ao nível do conhecimento empírico dos objetos da natureza (denominados de “fenômenos”), é evidente que a reunião da multiplicidade de representações, inicialmente dadas de modo desconectado, resulta num conjunto de representações mentais conectadas e é justamente esta conexão que distingue a sensação (modificação do ânimo) da intuição empírica (complexo de representações singulares interconectadas). Nas palavras de Kant, o procedimento da imaginação que corresponde a esta conexão consiste em reunir a multiplicidade de representações, ao “percorrer” [*durchlaufen*] (A99) esta multiplicidade que é “atravessada” [*durchgegangen*] e “conjuntamente apanhada” [*aufgenommen*] (A77/B102).

Mas falta o terceiro passo, que precisamente consiste em identificar o que é aquele objeto ao qual a intuição empírica se refere mediante sensação. O texto que imediatamente segue o trecho acima citado da “Segunda Analogia” indica:

É certo que a tudo se pode chamar objeto e mesmo a todas as representações, na medida em que delas temos consciência; mas, o que esta palavra [*Viz.* “objeto”] significa nos aparecimentos, não na medida em que são objetos (enquanto representações), mas apenas na medida em que designa [*bezeichnen*] um objeto, é questão que requer mais aprofundado exame (A189-90/B234-5).

O fato de Kant dizer que tudo de que se tem consciência pode-se chamar de objeto é bem semelhante ao que Locke afirma no primeiro capítulo do livro II dos *Ensaio*s, ao dizer que “a ideia é o objeto do pensamento” (Locke, 1823, 82). A análise empirista de Locke sobre a origem das ideias, descreve que o gabinete inicialmente vazio de nossa mente adquire *passivamente* as primeiras ideias que são simples e provêm das experiências externa e interna, em que respectivamente observamos pela sensação os objetos externos ou, pela reflexão, as operações de nosso pensamento, formando *ativamente* as ideias complexas a partir disto e mediante várias operações do pensamento. De modo bem semelhante, Kant assume que tanto as representações dadas pelos sentidos (representações mentais simples passivamente dadas), quanto as intuições empíricas produzidas pela imaginação (múltiplo de representações ativamente reunidas), podem ser considerados como

objetos, certamente por serem passíveis de observação por meio da introspecção. A diferença fundamental que há, portanto, entre estes objetos “internos” e os outros tipos de representações que também consideramos como sendo objetos, embora com maior frequência e convicção, consiste no fato de que estes outros tipos de representação são observáveis mediante a experiência *externa*, sendo seus exemplos emblemáticos os aparecimentos e os fenômenos.

Porém, toda esta divagação não deve desviar o nosso foco com respeito ao objetivo que aqui é o mais relevante e que se relaciona ao significado que o termo “objeto” assume quando associado à intuição empírica, não enquanto a mera representação mental que ela é, mas sim na medida em que *designa* ou *indica* algo. Aqui, entra em jogo o aspecto eminentemente representacional da representação, que consiste em ser algo que *está no lugar de um outro*. Kant aponta esta propriedade capital da representação ao dizer que “toda representação é algo em nós que, porém, se refere a outro algo, que é o objeto”¹⁸ (*V-Lo/Blomberg*, AA 24: 40). É propriamente em relação a esta distinta função constitutiva da representação mental, seja ela simples ou complexa, de designar ou indicar outro algo para além dela própria, que a palavra “objeto” é tomada quando se tem em mente uma representação como o aparecimento. O aparecimento é este algo outro que a intuição empírica designa, na medida que é uma representação mental em que a imaginação reúne as modificações do ânimo desconectadas resultantes da afecção dos sentidos.

Mas ainda falta definir de modo satisfatório como estes três elementos, que compartilham o fato de serem representações, podem ser distinguidos entre si. Já sabemos que a intuição empírica distingue-se da simples afecção dos sentidos por conter nela mesma uma multiplicidade de afecções reunida num todo unificado. Porém, como o objeto que esta intuição empírica designa distingue-se dela própria? Kant tem o cuidado de indicar a que característica distintiva que há no objeto designado e que não se encontra na intuição empírica, nem tampouco nas afecções dos sentidos, é o fato de que nos aparecimentos apreensão da multiplicidade é reunida sob um tipo regra bem determinado, regra esta que falta na reunião do múltiplo da intuição empírica (cf. A191/B236). Isto significa que, por um lado, a multiplicidade de meras representações mentais, simples ou complexas, pode sempre ser apreendida sucessivamente na experiência, sem que haja qualquer ordem ou disposição predeterminada, podendo ocorrer de variadas maneiras, correspondendo a experiências cujas apreensões formam séries compostas de modo apenas contingente e circunstancial e sem qualquer ordem regularidade. Kant exemplifica este tipo de reunião com o caso da apreensão sucessiva das diversas partes de uma casa:

¹⁸ “Jede Vorstellung ist etwas in uns, das aber sich beziehet auf etwas anderes, welches das Object ist” (idem).

Assim, por exemplo, a apreensão do múltiplo no aparecimento de uma casa, que está colocada diante de mim, é sucessiva. Se, porém, perguntarmos se o múltiplo desta mesma casa também é sucessivo em si, ninguém, decerto, dará resposta afirmativa (A190/B235).

O destaque que serve para distinguir os dois diferentes modos nos quais a multiplicidade é reunida num todo de partes conectadas é decisivo: somente é sucessiva a reunião feita *na intuição empírica*, cuja função própria é designar um outro algo diferente dela, ao saber, objeto da intuição (aparecimento), que por sua vez também tem *em si* (nele mesmo) uma reunião de multiplicidades, embora não sucessiva.

O relato da primeira apreensão do múltiplo de uma casa, descreve uma possível e circunstancial sequência na qual se pode observar e, deste modo, receber passivamente por meio dos sentidos, as variadas partes que compõem a casa que está sendo apreendida. Por exemplo, poder-se-ia inusitadamente iniciar a apreensão da casa chegando pelo quintal dos fundos, recebendo inicialmente sensações dos cinco sentidos relacionadas a uma área de lazer, com plantas, espaço aberto ao céu, muros laterais e assim por diante, o que poderia ser observado exatamente nesta ordem, ou até numa sucessão das mesmas representações em diversas outras ordenações. Em seguida, observaríamos uma cozinha, um corredor, banheiros, quartos, salas, etc., cada um com suas paredes, tetos, pisos, cheiros, sons, texturas, e assim por diante, mostrando que a apreensão sucessiva das representações relacionadas a esta multiplicidade de partes da casa, pode ser feita sem qualquer ordem predeterminada, mas dependendo apenas de circunstâncias ou fatores contingenciais.

No entanto, e aí está o ponto chave, Kant questiona: mas *no objeto ele próprio, na casa ela mesma*, e não nas apreensões que em meu ânimo compõem sua intuição empírica, suas partes constitutivas também são sucessivas ou não? No objeto, as partes existem umas antes ou depois das outras, em uma ou em outra ordem espacial e temporal, ou não? E conclui, claro que não! As múltiplas partes que compõem o que é designado pela intuição empírica, devem estar reunidas *no objeto*, neste caso, a casa, e de um modo bem definido: em primeiro lugar, todas os múltiplos da intuição no espaço devem compor a casa *simultaneamente*. Esta é uma *regra de formação* sensível espacial (cf. *Anth*, AA 07: 174-5). Além disso, todas as diversas outras apreensões que sucessivamente forem feitas desta casa e de suas múltiplas partes, devem estar *associadas* em relações temporais de passado, presente e futuro, de tal modo que aquilo que apreendo no passado produza uma propensão que nos permita antecipar determinadas e específicas partes a partir da observação de determinadas outras, isto é, deve haver um padrão de ordem nas apreensões de sucessivas observações. Esta é uma *lei de associação* sensível temporal (cf. *Anth*, AA 07: 176). Sobre isto, Kant se expressa do seguinte modo:

(...) o aparecimento, em contra-relação [*Gegenverhältnis*] com as representações da apreensão, só poderá ser representado como objeto distinto dessas representações, porque essa apreensão está submetida a uma regra que a distingue de qualquer outra e impõe, necessariamente, um modo de ligação do múltiplo. O que, no aparecimento, contém as condições desta regra necessária da apreensão, é o objeto. (A191/B236).

Um outro exemplo pode ser oportuno para reforçar este ponto: o caso do raio e do trovão. É bem conhecido por todos nós que numa tempestade costumamos recebemos em primeiro lugar diversas impressões visuais correspondentes de raios e relâmpagos e que somente depois de variados intervalos de tempo ouvimos os trovões correspondentes a cada uma das referidas descargas elétricas. Se estivéssemos dentro de um meio de transporte em movimento, nossa apreensão destas afecções podia até mesmo mudar drasticamente, tanto no intervalo entre as afecções visuais e auditivas, quanto na própria frequência recebida de cada uma, com correspondentes alterações na altura dos sons (agudo ou grave) e, embora menos perceptível, comprimento de onda (cor). Ou seja, a apreensão que fazemos destas múltiplas afecções no ânimo é sempre reunida de modo sucessivo e contingencial na intuição empírica. Porém, se refletirmos sobre o objeto que ela designa, isto é, o raio e o trovão eles mesmos, concluímos que enquanto objetos a que tais intuições empíricas se referem, eles são simultâneos e ocorrem sempre juntos num mesmo lugar. Esta regra espaço-temporal é o que distingue o aparecimento da intuição empírica.

Estamos finalmente em condições de voltar à questão fundamental de saber se haveria uma cegueira da intuição enquanto *objeto* (ou conteúdo do pensamento) e, caso haja, como ela seria compreendida. Mais ainda, é chegada a hora de tratar do significado que deve ser atribuído à expressão “intuição empírica”, como havíamos indicado anteriormente. Quero sustentar que o advento desta expressão não configura um quinto significado de intuição, pois, devido à sua analogia com a intuição pura, elas podem igualmente ser incluídas no conceito de *intuição sensível* (cf. B146-7), visto que tanto a intuição pura, que é formal (espaço e tempo), quanto a intuição empírica, que é eminentemente material (inclui sensação), estão confinadas no domínio da sensibilidade¹⁹.

No momento, cabe investigar se faria sentido atribuir cegueira aos aparecimentos, que correspondem à intuição no significado de “objeto” sensível. De acordo com as investigações que venho fazendo há algum tempo, penso haver fortes razões para considerar os aparecimentos como intuições que apresentam um especial tipo de cegueira: a falta de regras de unidade objetiva que o entendimento pode proporcionar à síntese de representações sensíveis feita pela imaginação (cf.

¹⁹ A oposição mereológica que há na precedência do todo em relação às partes (limitações) na intuição pura e na precedência das partes em relação ao todo (reunião) na intuição empírica, não torna necessário diferenciar o significado em que o termo “intuição” é nelas usado, daí porque tratarei de ambas em conjunto logo adiante, sob o conceito de *intuição sensível*.

Calabria, 2003, 2006, 2012, 2015, 2017). Indício disto é o fato de Kant definir o aparecimento precisamente em função da falta que nele há da relação aos conceitos, que em trecho da primeira edição da *Crítica da razão pura* é exposto nos seguintes termos: “Aparecimentos, na medida em que são pensados como objetos segundo a unidade das categorias, denominam-se fenômenos”²⁰ (A248). Além disto, é sintomático que a declaração sobre a cegueira das intuições e a vacuidade dos pensamentos ocorra logo no início da “Lógica transcendental” da primeira *Crítica*, justamente o momento em que passa-se a tratar da parte que cabe ao entendimento desempenhar no complexo conjunto de operações realizadas pelas diversas capacidades do ânimo em colaboração, e que irá promover a conexão dos aspectos sensíveis e discursivos, fundada na *afinidade* entre sensibilidade e entendimento (cf. *Anth*, AA 07: 176-7).

Tudo isto evidencia que o “aparecimento”²¹, mas não o fenômeno, possui um tipo de cegueira que deriva da sua produção estar confinada ao simples domínio da primeira fonte fundamental do conhecimento, a sensibilidade, sendo realizada sem qualquer intervenção de representações conceituais, que, enquanto tais, provêm da segunda fonte fundamental do conhecimento, o entendimento, ao que Kant se refere dizendo haver no aparecimento uma indeterminação. Lembrando que o elemento determinante é de natureza formal, enquanto que o determinável é de natureza material (cf. A266-8/B322-4), faz sentido considerar que esta indeterminação se deve justamente à falta do ingrediente formal representado pelos conceitos do entendimento, enquanto *regras* de unidade discursiva (cf. B234, A648/B676). Daí porque insisto em enfatizar a índole da supracitada definição de Kant para o aparecimento, dizendo que ele é o objeto *conceitualmente* indeterminado de uma intuição (empírica) porque está relacionado apenas a representações intuitivas, sejam empíricas como “sensações” ou “impressões”, sejam puras como as formas do espaço e tempo (cf. Calabria, 2012, 183, n. 69).

Mostrei em trabalhos anteriores (Calabria, 2012, 2015, 2017), que para efetuar as reuniões do múltiplo de sensações e intuições empíricas nos aparecimentos sob *regras subjetivas* de formação no espaço e de associação no tempo (cf. *Anth*, AA 07: 174-6), são suficientes os papéis desempenhados pelos sentidos e pela imaginação livre (autônoma). Porém, mesmo que isto ultrapasse em muito a mera reunião *sem regra alguma*, como a elaborada na intuição empírica, ela está longe de resultar em uma relação *objetiva*, que de acordo com o projeto

²⁰ “Erscheinungen, sofern sie als Gegenstaende nach der Einheit der Kategorien gedacht werden, heissen Phaenomena” (idem).

²¹ Note que tanto os aparecimentos como os fenômenos são considerados por Kant como objetos para nós, isto é, produzidos de acordo com a configuração de nossas capacidades de representação e sempre a partir de representações que nos são dadas sob as formas puras da sensibilidade e ordenadas segundo regras sensíveis e/ou intelectuais. Kant chega a dizer que os aparecimentos, assim como as sensações (e seu múltiplo reunido nas intuições empíricas), são modificações da sensibilidade: “Aparecimento é objeto em nós e, sendo uma simples modificação de nossa sensibilidade, na verdade não se encontra fora de nós” (A129).

mesmo da filosofia kantiana, alcance um conhecimento em sentido próprio do termo, fundado em última instância na possibilidade de juízos sintéticos *a priori*. Porém, isto só pode ser feito na medida em que as reuniões da multiplicidade de intuições for elaborada pela imaginação sob fundamentos objetivos, somente proporcionados pela direção de regras intelectuais:

Se esta unidade da associação, contudo, não tivesse também um fundamento *objetivo*, de tal modo que fosse impossível serem apreendidos os aparecimentos pela imaginação de outra maneira que não fossem subordinados à condição de uma unidade sintética possível dessa apreensão, seria também algo de completamente *acidental* que os aparecimentos se acomodassem num encadeamento de conhecimentos humanos (A121, grifos meus).

Isto concerne à terceira etapa da tripla síntese, denominada de reconhecimento no conceito, na qual o ‘fundamento objetivo’ acima descrito permite que a imaginação opere reuniões sintéticas mediante conduta heterônoma:

Deve, portanto, haver um princípio objetivo, isto é, captável *a priori*, anteriormente a todas as leis empíricas da imaginação, sobre o qual repousam a possibilidade e mesmo a necessidade de uma lei extensiva a todos os aparecimentos, que consiste em tê-los a todos como dados dos sentidos, susceptíveis de se associarem entre si e sujeitos a regras universais de uma conexão completa na reprodução. A este fundamento objetivo de toda a associação dos aparecimentos chamo afinidade [*Affinität*] dos mesmos (A122).

Ao contrário do que ocorre nas duas primeiras reuniões da tripla síntese, a da apreensão na intuição e a da reprodução na imaginação [*Einbildung*] (cf. A100), na terceira etapa, a síntese da reconhecimento no conceito, a reunião das representações sensíveis efetuadas pela imaginação conferem uma unidade objetiva que “proporciona pela primeira vez o conhecimento no significado próprio da palavra” (A78/B103). Assim surge o conhecimento empírico e certo dos objetos da natureza (fenômenos), expresso na forma de juízos de experiência, cuja legalidade é prescrita pelo próprio entendimento e submetida a unidades intelectuais (cf. B159, B163, B165, A216/B263, p. ex.). Kant insiste em apontar que até este ponto tudo mantém-se restrito ao exclusivo âmbito dos objetos para nós e aquém do domínio transcendente das coisas em si mesmas.

Semelhante ao que Platão fizera, indicando que a palavra “homem” [*ánthrōpos*] resulta da contração da expressão “examina o que é visto” [*anathrôn hâ ópōpe*] (Platão, *Crátilo*, 399ξ), do que se infere que a característica distintiva do ser humano é ultrapassar o domínio da simples percepção sensível daquilo que é visto, acrescentando-lhe ainda um exame intelectual (pela razão), também Kant considera que é típico de seres racionais finitos, o fato de irmos além do que simplesmente nos aparece à sensibilidade, suplementando tal percepção com um exame que torna compreensível (inteligível) o que foi sensivelmente percebido:

A sensibilidade dá-nos formas (da intuição), mas o entendimento, regras. Este se encontra sempre ocupado em espiar os aparecimentos com a intenção de lhes encontrar quaisquer regras. As regras, na medida em que são objetivas (por conseguinte pertencendo necessariamente ao conhecimento do objeto), chamam-se leis (A126).

Assim, se o objeto sensível que aparece está relacionado apenas ao que é próprio das capacidades sensíveis, já o seu exame está eminentemente relacionado aos conceitos do entendimento. O aparecimento, enquanto objeto conceitualmente indeterminado que foi obtido pela reunião autônoma que a imaginação realiza sobre a multiplicidade dada aos sentidos de modo desconectada, mesmo sendo perceptível aos sentidos, já que não é atingida por qualquer cegueira ou outro tipo de privação fisiológica, não possui todavia a compreensão, entendimento (visibilidade intelectual). Daí porque na segunda parte da declaração de que estamos tratando, Kant ratifica que é preciso “tornar compreensíveis [*verständlich zu machen*] as intuições” conduzindo-as sob conceitos (A51/B75).

Também os bichos são capazes daquele tipo de visão (e demais percepções) meramente sensível, apesar de carecerem de capacidades intelectuais, como via de regra são concebidos, a exemplo de Platão e Kant. É por isso que ambos consideravam que, para além da multiplicidade de aparecimentos que se apresenta à sensibilidade, é preciso também obter o acréscimo de sua compreensão discursiva, que reúna tal multiplicidade sob princípios objetivos representados por regras de unidade conceituais, assim como as proposições fundamentais do entendimento puro. Isto significa salvar os fenômenos. Embora possamos, por exemplo, reunir as apreensões correspondentes a raios e trovões de modo apenas subjetivo e circunstancial, ao observá-los na experiência imediata, reunindo suas multiplicidade no espaço e associando-as no tempo, e adquirindo com isto um saber contingente e circunstancial, como o adquirido até pelos bichos²², é apenas sob a condição de que nós, seres dotados de intelecto, realizamos a ligação do múltiplo sensível com necessidade e universalidade, isto é, sob a direção de regras intelectuais, é que se torna possível ultrapassar a subjetividade do saber sensível e atingir a objetividade do conhecimento empírico chamado experiência (cf. A98, A124-5, e, especialmente, A147 e B218-9). Neste momento, entendemos que o modo como o raio e o trovão ligam-se na experiência está submetido a regras científicas (leis), que neste caso expressam regularidades apodíticas e universais prescritas por leis como as científicas do eletromagnetismo e termodinâmica. Neste nível, desvela-se uma compreensão dos objetos fenomenais e da legalidade de seus processos que supera, não apenas em grau, mas principalmente em gênero, o simples saber sensível e circunstancial dos aparecimentos. Neste domínio, há uma visão de ordem superior, uma visão de conjunto cuja regularidade unifica

²² Para uma exposição mais detalhada deste tema, queira ver minha publicação na revista *Educação e Filosofia* (Calábria, 2013).

objetivamente todos os seres humanos numa e mesma compreensão da natureza e seus acontecimentos. Talvez a metáfora de Kant, que usa a pomba como símbolo da razão pura que sonha poder voar mais rápido sem a resistência do ar (experiência) (cf. A5/B8), sirva também para apontar a distinção entre saber sensível e a compreensão intelectual (conhecimento), se tomamos a pomba como detentora de um saber circunstancial dos aparecimentos (cegueira da intuição) e a crítica que é imposta sobre a razão pura como um esclarecimento intelectual (exame do entendimento). Este esclarecimento é o que falta nos simples aparecimentos e que faz com que possamos atribuir-lhes um tipo de cegueira intelectual. A cegueira da intuição nos aparecimentos vem da falta de esclarecimento que apenas as faculdades intelectuais podem proporcionar e que, quando adquirido, transforma tais objetos conceitualmente indeterminados, em fenômenos, que são objetos da experiência (conceitualmente determinados). O objeto em questão continua sendo o mesmo que havia sido visto como aparecimento, mas a rigor não é mais exatamente o mesmo, pois desta vez ele é compreendido e está inserido numa regularidade objetiva (nômica), já que está submetido a outro gênero de visão, da qual o aparecimento é cego.

Cabe agora avaliar se também haveria uma cegueira da intuição no significado de *ato* mental (o intuir) e, caso haja, como ela seria compreendida.

Inicialmente, é preciso definir se devemos ou não considerar que o *ato* de intuir esteja relacionado a *todo e qualquer tipo de processo* mediante o qual nosso ânimo lida com representações sensíveis imediatas e singulares, ou se concerne somente àqueles processos nos quais a mente manifesta uma *espontaneidade*, e não uma receptividade, como no caso da afecção dos sentidos. Isto porque, um ato ou uma ação é, a rigor, uma operação exercida mediante a atividade do ânimo, bem diferente do que ocorre no caso da aquisição de representações intuitivas desconectadas (sensações), em que a receptividade dos sentidos é passivamente afetada pelos objetos.

Considerando que nosso objetivo atual é tratar da cegueira que Kant indica haver na intuição sem conceitos, creio ser justificável aproveitar a oportunidade para analisar tanto os processos envolvidos na recepção (passiva) de representações intuitivas, como os envolvidos na operação (ativa) realizada com elas, mesmo que o significado de intuição relacionado ao *ato* (ou ação) de intuir indique especificamente apenas os procedimentos em que o ânimo manifesta uma espontaneidade. Assim, quero avaliar se se pode considerar que há algum tipo de cegueira tanto nos *procedimentos* de ativamente adquirir intuições, a que chamamos a “ação” do intuir, como nos *procedimentos* de passivamente adquirir intuições, que por contraposição, e com certa liberdade, podemos chamar a “paixão” do intuir.

No caso do procedimento do intuir que se refere à receptividade do múltiplo de sensações, parece que apenas faz sentido atribuir-lhe uma cegueira que estivesse

relacionada à falta que nela há da intervenção de uma atividade, já que a afecção ocorre sem que haja qualquer contribuição ativa da sensibilidade. Porém, não há nisto qualquer relação às representações conceituais que, segundo a declaração de Kant que dirige nossa presente investigação, é o motivo da cegueira da intuição. Poder-se-ia ainda cogitar que, embora neste contexto não esteja operando qualquer espontaneidade sensível, mesmo assim estaria presente uma *originalidade* que lhe é própria, e que diz respeito a determinações que as formas puras do espaço e do tempo prescrevem a qualquer representação sensível que somos capazes de ter²³. Porém, neste caso o enfoque seria deslocado justamente para o quarto significado de, que foi identificado por Zöllner como a *forma cognitiva* sob a qual qualquer sensação é tomada (cf. Zöllner, 2010, 80), de que trataremos logo a seguir.

No caso do procedimento do intuir que concerne ao ato de sintetizar o múltiplo dado aos sentidos, reunindo-o nas intuições empíricas, operação esta que é de responsabilidade de imaginação, já parece que a atribuição de uma suposta cegueira estaria relacionada diretamente ao *modo* no qual as operações de síntese são realizadas, seja cegamente, como nas reuniões subjetivas nos aparecimentos, ou esclarecidas (sem a cegueira), como nas sínteses objetivas nos fenômenos, feitas com a presença de regras conceituais. Neste caso, a atribuição de cegueira *ao ato* de reunir o múltiplo sensível sem a direção de regras conceituais, configura uma novidade em relação aos casos anteriormente analisados, já que aqueles casos dizem respeito de fato às próprias *representações* que derivam destas ações. Isto porque, parece bem mais persuasivo considerar que as representações são cegas devido à cegueira das ações que as produzem, e não o contrário. No entanto, esta diferença perder consideravelmente sua força na declaração de Kant de que intuições sem conceitos são cegas, já que na produção dos aparecimentos, tanto o ato de intuir sem conceitos, quanto o objeto assim produzido, são cegos pela mesma razão: a ausência de regras de unidade objetivas (intelectuais). Encontramos assim uma interessante compreensão da cegueira das intuições, em que se imbricam dois sentidos intimamente relacionados: o *ato cego* produzir a reunião subjetiva de múltiplos sensíveis que resulta em *representações cegas*, tudo isto devido à falta da direção de regras conceituais durante o processo de unificação do múltiplo sintetizado.

Para concluir, falta apenas avaliar se haveria uma cegueira da intuição relacionada ao quarto tipo de significado, denominado de “*intuição sensível*”, referindo-se à “*forma cognitiva*, na qual a sensação é tomada ou incorporada” (Zöllner, 2010, 80), isto é, as representações do espaço e do tempo.

Antes de prosseguir, gostaria de identificar com alguma precisão o tipo de intuição relacionada a este caso. Analisei em trabalhos anteriores a distinção que

²³ Para uma distinção entre as noções de “espontaneidade” e “originalidade”, queira ver nossos trabalhos anteriores a respeito (cf. Calábria, 2012 e 2015, principalmente).

deve ser feita entre dois significados nos quais a estrutura formal da sensibilidade pode ser entendida, a que Kant se refere com as expressões “forma da intuição” e “intuição formal” (cf. B160, n.).

No primeiro caso, trata-se do espaço e do tempo como configurações originárias e constitutivas de nossa sensibilidade, algo análogo aos “germes e disposições” do entendimento, mencionadas por Kant na *Analítica transcendental* e a partir dos quais as representações discursivas *a priori* são derivadas (cf. A66/B91). Enquanto disposições originárias de nossa capacidade sensível que precedem suas correspondentes representações, estas formas da intuição predeterminam os modos nos quais serão ordenados as múltiplas representações da intuição sensível, sejam elas puras ou empíricas. Assim, tais *formas puras da intuição* não são propriamente representações, mas apenas predisposições formais que potencialmente determinam a própria produção de representações sensíveis.

No segundo caso, o das *intuições formais*, já tem-se o espaço e o tempo como representações que resultam da síntese da multiplicidade *a priori* num todo unificado, a que Kant exemplifica com o espaço geométrico considerado como objeto (cf. B160, n.). Neste caso, o espaço e o tempo já constituem objetos puros que resultam das operações de síntese realizadas pela imaginação, naturalmente sob a orientação das regres originárias de configuração sensível proporcionadas pelo espaço e tempo enquanto formas puras da intuição. Daí porque, Kant afirma que a *unidade* desta intuição formal, tanto do espaço como do tempo, é “anterior a todo conceito” (B160, n.), pois obtida mediante a intervenção de capacidades exclusivamente sensíveis. Porém, ela “não pertence aos sentidos”, pois esta parte da sensibilidade proporciona apenas as predisposições formais originárias da multiplicidade sensível desconectada e não a sua *síntese*, que é de responsabilidade da imaginação efetuar. É por isso que tais intuições formais constituem totalidades infinitas dadas, sendo, mesmo assim, representações singulares e únicas, como é próprio de qualquer representação intuitiva.

Porém, ao mencionar este quarto significado de “intuição”, Zöllner inicialmente identifica intuição sensível com intuição pura (cf. Zöllner, 2010, 80), o que a rigor não deve ser feito. Isto porque a expressão “intuição pura” deve referir-se somente às intuições cuja multiplicidade nela reunida seja de origem *a priori*, concernindo por isto ao espaço e tempo, enquanto que a expressão “intuição sensível” abarca tanto estas intuições puras do espaço e tempo, como as intuições empíricas, que como já vimos contêm ainda a multiplicidade empírica (material) das sensações.

Tendo isto em mente, observa-se que ao apontar este quarto significado de “intuição”, Zöllner certamente está se referindo à intuição formal, e não à forma da intuição, já que descreve o espaço e o tempo como representações singulares, imediatas e infinitas, cujas partes são obtidas por limitação (cf. *idem*). Ou seja, neste caso trata-se de uma (singular) representação única (*sui generis*) que reúne

(síntese) a multiplicidade *a priori* de partes num todo (unificado), isto é, designa um objeto puro. Assim, nossa questão pode ser aqui colocada de modo bem genérico nos seguintes termos: haveria uma cegueira da intuição enquanto *intuição sensível* e, caso haja, como ela seria compreendida?

A intuição sensível consiste numa representação mental que reúne em si uma multiplicidade de representações, que pode ser tanto empírica, como pura. Vimos acima que a intuição empírica refere-se a seu objeto mediante sensação, sendo uma modificação do ânimo causada pela afecção dos sentidos, ou seja, ela é dada *a posteriori*. Analogamente, uma intuição pura (intuição formal) deve ser uma representação mental que também contém uma multiplicidade reunida, neste caso, uma multiplicidade pura, isto é, dada *a priori*. Tal intuição formal também deve referir-se a um objeto, só que agora a um objeto puro e, portanto, não mais mediante sensação, e sim mediante uma multiplicidade pura dada, que assim como no caso das sensações, provêm dos sentidos. Esta multiplicidade pura proporcionada pelos sentidos é aquela que se origina da predisposição originária das formas da intuição, embora neste caso as partes constitutivas do espaço e do tempo sejam derivadas da originária totalidade única e una, enquanto que no caso da intuição empírica é o todo unificado que resulta da reunião das partes singulares dadas. Segundo Kant, o espaço geométrico é um emblemático exemplo de objeto puro a que tal intuição formal se refere.

Então, o que pretendemos aqui determinar é o que poderia significar uma intuição sensível cega. Noutros termos, que cegueira poderia haver numa representação mental que reúne num todo unificado o múltiplo de singularidades puras e/ou empíricas que, por conta disso, se refere a certos objetos puros e/ou empíricos, respectivamente? Boa parte da resposta a esta questão já foi fornecida ao tratarmos do objeto indeterminado (aparecimento) a que a intuição empírica se refere mediante sensação. Vimos que a especificidade de intuição empírica repousa na reunião circunstancial da multiplicidade empírica. Ao refletir sobre o tipo de cegueira que esta representação poderia ter, não há como evitar de associá-la novamente a esta falta de regulamentação ou ordenação formal na qual a apreensão de seu múltiplo é realizada, como indicamos nos exemplos da apreensão sucessiva das partes de uma casa ou do som do trovão e o brilho do raio. Neste caso, parece sim haver uma certa falta, que não concerne à mesma indeterminação conceitual que apontamos existir nos aparecimentos (derivada da falta da intervenção de regras de unidade conceituais), mas que é de fato ainda mais primordial, estando confinada exclusivamente ao domínio sensível, sem qualquer relação com conceitos ou outros elementos discursivos, pois relaciona-se apenas à maneira contingente e subjetiva em que a multiplicidade de suas partes é circunstancialmente reunida na formação de intuições no espaço e na associação de intuições no tempo (cf. *Anth*, AA 07: 174-6). Embora seja plenamente justificável considerar que isto represente um certo tipo de cegueira e mais, que a

correspondente intuição empírica seja produzida sem a intervenção de conceitos, é preciso entender que tal possível e específica cegueira não tem a ausência de conceitos como fundamento, mas sim a ausência de regulamentação espacial e temporal da ordem em que a reunião de seu múltiplo é feita. Do mesmo modo, no que concerne à reunião de multiplicidades na intuição pura do espaço e do tempo, não há ali qualquer falta proveniente da ausência de regras de unidade conceituais, já que neste caso nem sequer existe procedimentos sintéticos que resultem nas intuições formais do espaço e do tempo, cuja unidade é, como vimos, “anterior a qualquer conceito”, pertencendo “ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento”²⁴. Com isto, conclui-se que apesar de ser possível atribuir um tipo especial de cegueira à intuição sensível, esta cegueira não corresponde à cegueira da intuição sem conceitos, de que trata a declaração de Kant de que tratamos.

²⁴ É bom reforçar que a intuição formal a que nos referimos aqui concerne ao espaço e ao tempo como totalidades infinitas dadas e não enquanto suas partes obtidas por limitação, nem tampouco concerne aos objetos pensados como situados neles, a exemplo de determinados acontecimentos no tempo ou figuras no espaço.

Referências:

- ALLISON, H. E. *Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense*. New Haven, London: Yale Univ. Press, 1983.
- AQUILA, R. E. "The Relationship between Pure and Empirical Intuition in Kant". *Kant-Studien*: 68 (3), (1977), 275-89.
- CALABRIA, O. P. "Ensaio sobre a unidade sintética meramente sensível". *Estudos Kantianos*, 3 (1), 2015, 265-281.
- CALABRIA, O. P. "The Imagination in Kant's Philosophy and Some Related Questions". *Estudos Kantianos*, 5 (1), 2017, 139-158.
- CALABRIA, O. P. "Da relação entre os graus de conhecimento e as capacidades de representação em Kant". *Educação e Filosofia*, 27 (n. especial), (2013), 281-302.
- CALABRIA, O. P. *A imaginação de Kant e os dois objetos para nós*. Tese de doutorado em filosofia. UFMG, 2012 (Defesa: 29/02/2012).
- CALABRIA, O. P. "A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno". *Kant E-Prints*, Série 2, v. 1 (1), (2006), 119-26.
- CALABRIA, O. P. *Elementos fundamentais da Analítica transcendental de Kant*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. UNICAMP, 2003.
- FONSECA, R. D. "Aparência, apresentação e objeto. Notas sobre a ambivalência de 'Erscheinung' na teoria kantiana da experiência". *Studia Kantiana*, 14, (2013), 80-99.
- KANT, I. *Gesammelte Schriften* Hrsg.: Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24 Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin 1900ff.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. por Valério Rohden e Udo Balduur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, [1787] 1987.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. por Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, [1781 e 1787] 1997.
- KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. por Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras [1798b] 2009.
- LOCKE, J. "Essay concerning Human Understanding". In: *The Works of John Locke*, vol. I. London: Thomas Tegg, 1823.
- PEREIRA, R. H. S. "Não-conceitualismo". In: BRANQUINHO, J.; SANTOS, R. (orgs.). *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*, 1-32. Lisboa: Centro de Filosofia UL, 2015.
- PIPPIN, R. B. *Kant's Theory of Form. An Essay on the Critique of Pure Reason*. New Haven & London: Yale Univ. Press. 1982.
- PLATO. *Platonis Opera*. Ed. John Burnet. Oxford University Press, 1903. (Disponível: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a1999.01.0171%3atext%3dCrat>. [Mais recentemente acessado em 11/08/17])
- LICHT DOS SANTOS, P. R. "A unidade da intuição e a unidade da síntese". Joel T. Klein (org.), *Comentários às obras de Kant: Crítica da razão pura*, 145-178. Florianópolis: Nefiponline (CIK-UFSC), 2012.
- ZÖLLER, G. "Of empty thoughts and blind intuitions Kant's answer to McDowell". *Trans/Form/Ação*, 33 (1), (2010), 65-96

Resumo: Procuo determinar o que se deve entender por uma intuição que é cega pela ausência de conceito. Para isto, identifico inicialmente os diversos significados em que o termo “intuição” é utilizado por Kant e, em seguida, investigo se há, em cada um destes casos, alguma cegueira e como isto poderia ser entendida. Concluo que a cegueira da intuição sem conceitos concerne propriamente aos aparecimentos [*Erscheinungen*], entendidos como “objetos indeterminados da intuição empírica” (A20/B34). Em segundo lugar, percebo que também é possível atribuir uma cegueira, embora com menor propriedade, ao ato de intuição (o intuir), embora somente enquanto este ato corresponda à produção dos aparecimentos. Já em relação à intuição no significado de representação mental, sejam elas desconectadas (como as sensações e a multiplicidade pura originária dos sentidos) ou reunidas num todo (como as intuições empíricas e as formais), não encontro qualquer justificativa para atribuir-lhes algum tipo de cegueira que correspondesse à falta de intervenção de representações conceituais.

Palavras-chave: Intuições cegas, Conceitos vazios, Aparecimento, Imaginação, Entendimento.

Abstract: I seek to determine what we should understand by a intuition that is blind by the absence of concept. For this, I initially identify the several meanings in which Kant uses the term “intuition” and, then, I inquire whether there is in any of these cases some blindness, and how this could be understood. I conclude that the blindness of intuition without concepts properly concerns itself to appearances (*Erscheinungen*), understood as “indeterminate objects of empirical intuition” (A20/B34). Secondly, I realize that it is also possible to attribute a blindness, albeit with less property, to the act of intuition (the intuiting), although only so long as this act corresponds to the production of appearances. Regarding the intuition in the meaning of mental representation, whether they are disconnected (such as sensations and pure multiplicity originating in the senses) or gathered together in a whole (like empirical and formal intuitions), I have found no justification for assigning them some kind of blindness that corresponded to the lack of intervention of conceptual representations.

Keywords: Blind intuitions, Empty concepts, Appearance, Imagination, Understanding.

Recebido em: 08/2017

Aprovado em: 08/2017